

Elo Holding Financeira S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	4
Balanços patrimoniais individuais.....	7
Demonstrações dos resultados individuais	8
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais	10
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais – Método indireto	11
1. Contexto Operacional.....	12
2. Base de preparação	13
3. Políticas contábeis materiais	15
4. Caixa e equivalentes de caixa	20
5. Impostos a recuperar	21
6. Dividendos a receber	21
7. Investimentos	22
8. Impostos e contribuições a recolher	23
9. Outros passivos	23
10. Provisão para passivos contingentes	23
11. Partes relacionadas.....	24
12. Patrimônio líquido.....	24
13. Imposto de renda e contribuição social	26
14. Despesas gerais e administrativas	26
15. Resultado financeiro.....	27
16. Gerenciamento de risco	27
17. Eventos Subsequentes	28

Relatório da Administração

À Acionista,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da Elo Holding Financeira S.A. ("Elo Holding"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Elo Holding tem por objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

O capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 556,2 milhões, está representado por 2.009 (duas mil e nove) ações em 31 de dezembro de 2025.

No exercício, a Elo Holding registrou lucro líquido de R\$ 647,3 milhões, patrimônio líquido de R\$ 1.623,1 milhões e ativos totais de R\$ 1.633,2 milhões.

Deste resultado, a Elo Holding alocou para a distribuição de dividendos, conforme previsto no seu Estatuto Social, 1% do lucro líquido no valor de R\$ 6,1 milhões, após a constituição da reserva legal de 5% no valor de R\$ 32,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos em controladas ficou no montante de R\$ 1.449,7 milhões, registrou um saldo positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 645,4 milhões, e reconheceu dividendos a receber no montante de R\$ 160,7 milhões.

Ao encerrarmos o exercício social de 2025, registramos o agradecimento da Administração aos nossos fornecedores e acionista pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

A Administração

Barueri, 30 de abril de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao Acionista e aos Administradores da

Elo Holding Financeira S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Elo Holding Financeira S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Elo Holding Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individual para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

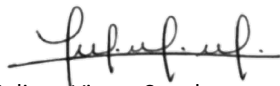
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP-295328/O-2

Elo Holding Financeira S.A.

Balanços patrimoniais individuais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.087	20.545	Dividendos a pagar	12.d	9.909	3.760
Impostos a recuperar	5	604	126	Impostos e contribuições a recolher	8	147	63
Dividendos a receber	6	160.755	48.175	Outros passivos	9	3	3
Total do ativo circulante		183.446	68.846	Total do passivo circulante		10.059	3.826
Depósitos judiciais		-	4	Provisão para passivos contingentes	10	-	3
Investimentos	7	1.449.738	913.496	Total do passivo não circulante		-	3
Total do ativo não circulante		1.449.738	913.500				
				Capital social	12.a	556.214	555.974
				Reserva legal	12.b	82.728	50.362
				Reserva de retenção de lucros	12.c	984.183	372.181
				Total do patrimônio líquido		1.623.125	978.517
Total do ativo		1.633.184	982.346	Total do passivo e patrimônio líquido		1.633.184	982.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Elo Holding Financeira S.A.

Demonstrações dos resultados individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	14	(20)	(10)
Resultado com equivalência patrimonial	7	645.387	394.775
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		645.367	394.765
Receitas financeiras	15	3.140	1.448
Despesas financeiras	15	(226)	(82)
Resultado antes dos impostos		648.281	396.131
Impostos correntes	13	(959)	(404)
Lucro líquido do exercício		647.322	395.727
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		322.211,05	196.977,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Elo Holding Financeira S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>647.322</u>	<u>395.727</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>647.322</u>	<u>395.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Elo Holding Financeira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2024		555.974	30.576	368.292	-	954.842
Dividendos adicionais	12.c	-	-	(368.292)	-	(368.292)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	395.727	395.727
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	12.b	-	19.786	-	(19.786)	-
Dividendos obrigatórios	12.d	-	-	-	(3.760)	(3.760)
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	372.181	(372.181)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		555.974	50.362	372.181	-	978.517
Aumento de capital	12.a	240	-	-	-	240
Adoção de normas em controlada		-	-	-	3.195	3.195
Lucro líquido do exercício		-	-	-	647.322	647.322
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	12.b	-	32.366	-	(32.366)	-
Dividendos obrigatórios	12.d	-	-	-	(6.149)	(6.149)
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	612.002	(612.002)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		556.214	82.728	984.183	-	1.623.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Elo Holding Financeira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		647.322	395.727
Ajustes ao lucro líquido			
Resultado com equivalência patrimonial		(645.387)	(394.775)
Provisão para passivos contingentes	10	5	-
Provisão imposto de renda e contribuição social	13	959	404
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Impostos a recuperar		(478)	(123)
Depósitos judiciais		4	-
Pagamento de contingências	10	(8)	-
Impostos a recolher		(59)	(137)
Impostos pagos		(816)	(204)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.542	892
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de controlada	7	(183.000)	-
Dividendos recebidos	7	183.000	391.603
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	391.603
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	12.d	-	(372.012)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		-	(372.012)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		1.542	20.483
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		20.545	62
Saldo final		22.087	20.545
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		1.542	20.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Elo Holding Financeira S.A. (“Sociedade” ou “Elo Holding”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil que tem como acionista controlador a Elo Participações Ltda. (“EloPar”) - a qual é controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A. A Sociedade tem sua sede social na Alameda Xingu, nº 512, 8º andar, edifício “Condomínio Evolution Corporate”, Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Sociedade tem por objetivo exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Controladas diretas

			31/12/2025	31/12/2024
	Setor	Controlada	Participação no capital social	Participação no capital social
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	0,00%

O contexto operacional das controladas está demonstrado abaixo:

Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”) - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objeto: (i) a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pós-pagos ou pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, *smart cards* e outros; sempre exclusivamente no âmbito de arranjos de pagamentos que não integram o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); (ii) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (iii) a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, (iv) a prestação de serviços de correspondente no País de Instituições financeiras; e (v) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Em 31 de maio de 2022 através de Assembleia Geral Extraordinária, a Elo Holding Financeira S.A. adquiriu da Elo Participações Ltda. 100% das ações da Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Em 27 de março de 2024, a Alelo recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27/03/2024, Seção 3, página 165. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Bacen.

Descontinuidade da Autorização pelo Banco Central do Brasil

Em 16 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil (“Bacen”) comunicou a descontinuidade da autorização de funcionamento da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”) como instituição de pagamento, em consonância com a regulamentação aplicável às entidades supervisionadas.

Essa decisão decorre de reorganização societária realizada no âmbito do Grupo Elopar. Em 12 de julho de

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2025, a Alelo e a NAIP Instituição de Pagamento S.A. (“NAIP”) formalizaram instrumento contratual por meio do qual foi transferida à NAIP a totalidade dos direitos e obrigações relacionados à carteira de produtos Pré-Pagos e Pós-Pagos, regulados pelo Bacen.

Nos termos do instrumento firmado entre as partes:

- a) a NAIP passou a assumir integralmente a responsabilidade como instituição de pagamento pelos produtos regulados anteriormente ofertados pela Alelo; e
- b) a Alelo permaneceu responsável pela gestão dos produtos vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), bem como dos demais benefícios não regulados pelo Bacen.

Com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, a qualidade dos serviços prestados e a mitigação de riscos para clientes, usuários e estabelecimentos credenciados, foi estruturado um plano de transição operacional, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes regulatórias aplicáveis.

Adicionalmente, conforme pactuado entre as sociedades, a NAIP fará uso da marca “Alelo”, de forma gratuita e exclusivamente relacionada aos Produtos Regulados, respeitando os termos estabelecidos no acordo firmado entre as partes.

NAIP Instituição de Pagamento S.A. (“NAIP”) - foi constituída em 08 de agosto de 2007 com a denominação social Bolonha Holdings S.A. Em 29 de abril de 2011, a denominação foi alterada para Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. Posteriormente, em 24 de março de 2025, passou a adotar a denominação social para: NAIP Instituição de Pagamento S.A., tendo como objeto social: (a) gerir conta de pagamento; (b) emitir instrumento de pagamento; (c) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; e (d) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica.

Em 24 de março de 2025 através de Reunião da Diretoria, a Elo Holding Financeira S.A. adquiriu da Elo Participações Ltda. 100% das ações da NAIP Instituição de Pagamento S.A.

Em 19 de maio de 2025 a NAIP recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), conforme publicado no Diário Oficial da União 92 (19/05/2025). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo Bacen.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis às sociedades por ações, que compreendem a Lei nº 6.404/1976, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Elo Holding é controladora direta da Alelo Instituição de Pagamento S.A. e NAIP Instituição de Pagamento S.A., e tem como controladora a Elo Participações Ltda., que apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas. Dessa forma, a Administração da Elo Holding decidiu por aplicar a isenção de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, a Administração faz julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionadas as condições de mercado, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Sociedade e com os compromissos relacionados as condições de mercado, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Investimentos em controladas: a Sociedade aplica julgamentos relevantes na determinação de quando detém influência significativa ou o controle de empresas investidas. Vide nota explicativa nº 7;

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

- Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 10.

e. Novas normas , alterações e interpretações das normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025, não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Sociedade e são elas:

Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 Falta de Conversibilidade entre moedas

A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo CPC, não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade e não se espera gerarem impactos nas demonstrações financeiras individuais.

Alterações ao CPC 26 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros – Alterações ao CPC 48 e CPC 40

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação de Instrumentos Financeiros tendo como base:

1. Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como “exclusivamente pagamento de principal e juros”;
2. Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2026.

Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/23)

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição da tributação sobre o consumo, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em fase inicial de implementação, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/23. A Sociedade está acompanhando e monitorando a regulamentação das leis complementares aplicáveis, com vistas à adaptação de seus sistemas de emissão de documentos fiscais, apuração e controle tributário.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todas as controladas que fazem parte do Grupo, nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados compreendem disponibilidades e aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, caracterizadas por alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, com vencimento original não superior a três meses a contar da data de aquisição, destinadas à liquidação de obrigações de curto prazo e sujeitas a risco insignificante de alteração no valor. Incluem recursos em moeda nacional e aplicações em fundos de investimentos e Certificado de depósito bancário (CDB), conforme critérios estabelecidos pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição do caixa e equivalentes de caixa, está apresentada na nota explicativa nº 4.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro, é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI").

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócios

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras individuais incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixa de existir.

A composição dos investimentos em controladas, está apresentada na nota explicativa nº 7.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Sociedade determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atingidos.

e. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

O resultado financeiro é reconhecido pelo regime de competência.

g. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras individuais e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras individuais; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras individuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos (a)	22.085	20.545
Certificado de depósito bancário - CDB	2	-
	22.087	20.545

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A., que possui liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

4.1. Ativos e passivos financeiros – classificação

Ativos financeiros	Class.	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fundos de investimentos	VJR	Nível 2	22.085	22.085	20.545	20.545
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	Nível 2	2	2	-	-
Dividendos a receber (nota 6)	CA	-	160.755	160.755	48.175	48.175
Total			182.842	182.842	68.720	68.720

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

- Dividendos a receber: reconhecidos pelo valor declarado pelas investidas, sem diferença relevante em relação ao valor justo.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	604	126
	604	126
Circulante	604	126
Não circulante	-	-

6. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possui dividendos a receber das suas controladas no montante de R\$ 160.755 (R\$ 48.175 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

- Alelo Instituição de Pagamento S.A.: R\$ 152.698 (R\$ 48.175 em 31 de dezembro de 2024)
- NAIP Instituição de Pagamento S.A.: R\$ 8.057.

Elo Holding Financeira S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

Controlada	31/12/2025								31/12/2024	
	Capital Social	Capital a integralizar	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações (mil)	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	472.414	-	1.240.007	610.839	2.000	100%	1.240.007	610.839	913.496	394.775
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	63.401	120.000	209.731	34.548	331.298	100%	209.731	34.548	-	-
Total							1.449.738	645.387	913.496	394.775

Movimentação nas participações em controladas:

Controlada	31/12/2024	Movimentação 01/01 a 31/12/2025						31/12/2024
	Valor do investimento	Aumento de capital (1)	Aporte de capital controlada (2)	Dividendos (3)	Outros eventos	Resultado de equivalência patrimonial	Valor do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	913.496	-	-	(287.523)	3.195	610.839	1.240.007	394.775
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	-	240	183.000	(8.057)	-	34.548	209.731	-
Total	913.496	240	183.000	(295.580)	3.195	645.387	1.449.738	394.775

- 1) Em 24 de março de 2025 por meio de Reunião do Diretoria, foi aprovado o aumento de capital da Elo Holding Financeira S.A. conforme transferência de controle acionario da NAIP Instituição de Pagamento S.A. Vide detalhes na nota explicativa 12.a.
- 2) O aporte de capital realizado em dinheiro na controlada NAIP Instituição de Pagamento S.A. ocorreu da seguinte maneira:

i. R\$ 63.000 em 24 de março de 2025 por meio de Assembleia Geral Extraordinária;

ii. R\$ 120.000 em 22 de dezembro de 2025 por meio da Assembleia Geral Extraordinária.
- 3) Refere-se:

i. Dividendos apurados da controlada Alelo através da harmonização de GAPS contábeis no total de R\$ 12;

ii. Dividendos intermediários recebidos da controlada Alelo em 26 de março de 2025 no valor de R\$ 63.000, relativos ao lucro do primeiro semestre de 2024;

iii. Dividendos não distribuídos da controlada Alelo no valor de R\$ (48.187), conforme decisão societária em 30 de abril de 2025;

Elo Holding Financeira S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv. Dividendos a receber da controlada Alelo no valor de R\$ 120.000 relativo ao lucro do primeiro semestre 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2025, com recebimento em 17 de dezembro de 2025;
- v. Dividendos a receber da controlada Alelo no valor de R\$ 152.698 relativo ao lucro líquido de 2025;

Os saldos de patrimônio líquido e resultado das controladas diretas, já estão harmonizados para refletirem a prática contábil da controladora (CPC).

8. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ / CSLL	125	55
COFINS	18	7
PIS	4	1
	147	63
Circulante	147	63
Não circulante	-	-

9. Outros passivos

O saldo de outros passivos refere-se a serviços profissionais prestados relacionados a auditoria, e estão representados pelo montante a pagar de R\$ 3 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2024).

10. Provisão para passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a “Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias”, realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	-	3
	-	3
Circulante	-	-
Não circulante	-	3

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de provisão tributária em 31 de dezembro de 2025 é inferior a mil reais.

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

	Tributária	Total
Em 31 de dezembro de 2024	3	3
Adição	5	5
Pagamentos	(8)	(8)
Em 31 de dezembro de 2025	-	-

A Sociedade não possui processos fiscal, cíveis ou trabalhistas com risco de perda provável ou possível.

11. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade, operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, e aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) com acionista direto (Elo Participações Ltda.), e com as controladas diretas (Alelo Instituição de Pagamento S.A. e NAIP Instituição de Pagamento S.A.).

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	22.087	3.092	20.545	1.448
Dividendos a receber				
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	152.698	-	48.175	-
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	8.057	-	-	-
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(9.909)	-	(3.760)	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Sociedade não possuía remuneração a ser destinada aos seus Diretores.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 556.214 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 555.974 em 31 de dezembro de 2024), é representado por 2.009 (duas mil e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

As ações são indivisíveis perante à Sociedade e cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa não terá direito a voto na Assembleia Geral.

Em 24 de março de 2025, foi aprovado o aumento de Capital Social no montante de R\$ 240, sem emissão de novas ações, totalmente subscrito pela única acionista Elo Participações Ltda e integralizado em bens, mediante a conferência de 1.254.551 (um milhão, duzentas e cinquenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da NAIP

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição de Pagamento S.A., de propriedade e titularidade da Elo Participações Ltda, avaliadas pelo critério de valor patrimonial contábil, data base 31 de dezembro de 2024, de modo que a NAIP passou a ser controlada diretamente pela Sociedade.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Total de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	2.009	2.009	100%
Total	2.009	2.009	100%

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do Artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 32.366 (R\$ 19.786 em 31 de dezembro de 2024), totalizando ao final do exercício o montante de R\$ 82.728 (R\$ 50.362 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva de retenção de lucros

Em 30 de abril de 2024 a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos adicionais no total R\$ 372.012 sendo: (i) R\$ 3.720 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) 368.292 de dividendos adicionais oriundos da reserva de retenção de lucros do exercício findo de 31 de dezembro de 2023. O pagamento ocorreu em 30 de abril de 2024.

A Administração da Sociedade propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 612.002 (R\$ 372.181 em 31 de dezembro de 2024) referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando ao final do exercício o montante de R\$ 984.183 (R\$ 372.181 em 31 de dezembro de 2024)

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a distribuição de dividendo anual de no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social da Sociedade.

Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 372.012, com pagamento em 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou dividendos obrigatórios no montante de R\$ 6.149 (R\$ 3.760 em 31 de dezembro de 2024), calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade.

31/12/2025	
Lucro líquido do exercício	647.322
(-) Reserva legal	32.366
Base de cálculo apresentada	614.956
 Dividendo mínimo obrigatório 1%	 6.149

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social

Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	648.281	396.131
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(220.416)	(134.684)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial	219.432	134.223
Adicional IRPJ	24	24
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	33
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(2)	(2)
Outros valores	3	2
Imposto de renda e contribuição social	(959)	(404)
 Sendo:		
Impostos correntes	(959)	(404)
Despesa contabilizada	(959)	(404)

O valor do crédito tributário não ativado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2024).

14. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários profissionais (a)	(17)	(8)
Despesas de publicações	(3)	(1)
Outras despesas administrativas	-	(1)
Total	(20)	(10)

(a) Refere-se substancialmente a serviços de auditoria e honorários advocatícios.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	3.110	1.448
Outras receitas financeiras	30	-
Total receitas financeiras	3.140	1.448
Despesas financeiras		
Impostos sobre a receita financeira	(147)	(67)
Despesas bancárias	(79)	(15)
Total despesas financeiras	(226)	(82)
Total resultado financeiro	2.914	1.366

16. Gerenciamento de risco

A Sociedade é parte integrante do Grupo EloPar, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada do Grupo, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Contexto operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e Presidência da Sociedade. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na EloPar de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com as boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da EloPar, controladora da Sociedade.

Elo Holding Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2025, a controlada direta Alelo Instituição de Pagamento S.A. aprovou a alteração de sua denominação social para “Alelo S.A.”, registrada na JUCESP em 30 de janeiro de 2026. Trata-se de evento subsequente que não origina ajustes nas demonstrações financeiras da controladora, por não afetar sua posição patrimonial, financeira ou desempenho na data-base.

Elo Holding Financeira S.A.

Esther Dalmas
Diretora Presidente

Flávio Augusto Corrêa Basilio
Diretor

Susanne Raquel Farias Gonçalves
Superintendente de Finanças

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0
